

ECOLOGIA INTEGRAL E DIGNIDADE HUMANA: UMA ANÁLISE À LUZ DE Gn 1,1–2,4a

Augusto José Angelino Ventura¹

Resumo

O presente trabalho objetiva levar a entender que uma adequada compreensão da noção de dignidade humana oferecida pela narrativa de Gn 1,1–2,4a, associada a uma honesta apreciação da proposta da Ecologia Integral, tornam possível identificar nesta diversos elementos de afirmação da dignidade humana, sem o menor prejuízo do respeito à bondade própria das demais criaturas. Tendo realizado, para o referido fim, pesquisa exegética bíblica e revisão de literatura, concluímos que agir conforme os princípios da Ecologia Integral é afirmar de modo eminente a dignidade humana a partir do seu exercício e da sua promoção.

Palavras-chave: Hermenêutica. Humanidade. Natureza. Responsabilidade.

1 INTRODUÇÃO

De que trata a Ecologia Integral? Que significa tal termo? Certamente, muitas vezes se tem feito esta pergunta nos últimos anos, desde que, em 2015, o Papa Francisco publicou a carta encíclica *Laudato Si'*. Perguntar-se honestamente, com efeito, é uma atitude necessária e construtiva. Diante, porém, da simples pronúncia dessas duas palavras, muitas também foram as apressadas reações negativas, que, em grande parte, entendemos advir de uma dupla compreensão enganosa.

Por um lado, quer-se atribuir à Ecologia Integral a pecha de “ideologia verde” ou algo parecido, que conduziria a uma idolatria da natureza e a uma desconsideração do lugar privilegiado que a alta dignidade do ser humano lhe confere no cosmos, desviando-o de seu fim transcendental. Por outro lado, depreende-se da Sagrada Escritura uma noção de dignidade do

¹ Graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Email: augusto.angelino@gmail.com

ser humano que o coloca diante das criaturas como seu possuidor absoluto, e que, consequentemente, atribui às criaturas o status de mero objeto de exploração.

Julgamos, importante, por isso, esclarecer tanto a verdadeira índole da Ecologia Integral como a compreensão da dignidade humana a partir de uma hermenêutica renovada de Gn 1,1–2,4a. Compreendendo bem, por um lado, a narrativa desta passagem, especialmente o que nela diz respeito à dignidade humana e ao valor intrínseco de cada criatura de Deus com suas respectivas implicações, e alcançando, por outro lado, um entendimento da Ecologia Integral em toda a sua abrangência, especialmente quanto ao seu grande cuidado com realidades humanas e o seu enraizamento na convicção de que “tudo está interligado”, poderemos compreender melhor a estreita relação entre Ecologia Integral e dignidade humana.

2 A NARRATIVA SACERDOTAL DA CRIAÇÃO E A COMPREENSÃO DA DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DO TÍTULO “IMAGEM DE DEUS”

Para uma breve, mas necessária análise do nosso texto bíblico, buscaremos os dados referentes à sua datação e aos contextos histórico e vital a ele correspondentes. A maioria dos estudiosos, desde Julius Wellhausen com a sua hipótese documental, datam a narrativa Gn 1,1–2,4a entre o período exílico o pós exílico, aproximadamente entre os anos 587 e 520 a.C. Diversos outros autores seguiram essa datação com suas nuances particulares. Jean Louis-Ska (2000, p. 172), por exemplo, localizou temporalmente o texto após a reforma de Josias e antes de 520 a.C., durante o reinado de Ciro.

Nesse período o povo de Israel vivia uma intensa crise de fé, motivada pela frustração de expectativas relacionadas à eleição e à prosperidade de Israel frente aos demais povos, quando o que se viu foi a destruição do Templo e a deportação dos israelitas para a poderosíssima e politeísta Babilônia. Havia, então, um apelo ingente aos sábios de Israel, frente a uma prova de vida ou morte para a religião do Deus de Abraão: “deveria

esclarecer sua posição diante das grandes nações e de seus deuses, diante da tragédia nacional e de sua significação – ou então perecer” (Bright, 2003, p. 417).

É neste contexto que nasce a narrativa sacerdotal da Criação de Gn 1,1–2,4a, conforme grande número de estudiosos, dentre os quais Rendtorff (2002, p. 96), para quem o texto é um primoroso trabalho, considerado um dos mais majestosos textos do Antigo Testamento, e aborda “as origens” no sentido mais radical do termo.

Em Gn 1, a reflexão de Israel não trata somente da relação de Deus com a descendência de Abraão. De fato, a expressão bereshit, com a qual tem início a narrativa e que pode ser traduzida por “no princípio”, evoca não qualquer princípio, mas a origem radical do universo, anterior ao próprio tempo. É precisamente aí que o olhar de fé sacerdotal encontra Elohim: “No princípio, Deus criou o céu e a terra”, significando “o céu e a terra” a totalidade do universo. Era a reflexão de Israel avançando de uma fé-na-salvação, exclusivamente, para uma fé no Deus criador e Senhor de tudo, sob cujo comando estão mesmo as forças cósmicas e, enfim, tudo o que existe (Daniélou, 1966, p. 36). Israel reencontrava, portanto, a partir de um novo horizonte, o lugar de Deus.

E quanto aos astros? Divindades para a religiosidade da região, na narrativa sacerdotal não são mais que “lâmpadas dependuradas ao firmamento” com a função de iluminar. Já da Terra e do Mar, também consideradas divindades poderosas, diz-se apenas que são o “seco” e o “conjunto das águas”, respectivamente. Nada mais. Pode-se dizer, enfim, que todo o mundo pagão de divindades representadas seja pelos astros, seja pela terra, pelo mar ou por qualquer outro elemento criado, com a teologia de Gn 1,1–2,4a, foi “posto em fuga” (Daniélou, 1966, p. 34).

Se, porém, a nenhuma criatura atribui natureza divina, de uma delas o texto diz que foi feita à imagem de Deus, segundo a sua semelhança, e, no ato de abençoá-la, a ela dirige a ordem de dominar sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre tudo o que rasteja sobre a terra. Que

significariam tais títulos, tal ordem, dirigidas ao ser humano? Muito já se especulou sobre o trecho que vai do versículo 26 ao versículo 28 de Gn 1, seja a respeito do significado de ser “imagem e semelhança de Deus”, seja quanto ao significado desse mandato de “dominar” recebido pelo ser humano. O fato é que estes dois elementos relativos ao ser humano demarcam o seu lugar diante de Deus e do cosmos.

De um ponto de vista bíblico, e conforme o contexto histórico e cultural ao qual pertence o texto, pode-se supor que tanto o uso bíblico do verbo dominar como o termo “imagem de Deus” está direcionado à função régia em uma nação. Os reis eram vistos como “imagens divinas” e a eles a Bíblia atribui frequentemente a ação significada pelo verbo *radah*, usado no texto de Gênesis 1, e que também pode ser traduzido por “dominar”. Em Gn 1, no entanto, é do ser humano que se diz ser imagem de Deus e é a ele que é confiada uma tarefa de dominar, não sobre uma nação, mas sobre toda a Criação. É lícito, por conseguinte, considerar verdadeira a afirmação de que em Gn 1 o ser humano é colocado na posição de “rei da criação”, aquele que faz as vezes de Deus no mundo, como também sugere o Sl 8,7 e outras passagens bíblicas (Marques, 2016, p. 364-367).

De sua alta dignidade, portanto, o texto não permite duvidar. Cabem, entretanto, as perguntas: o que significaria “ser imagem de Deus”? E ainda: de que modo deve o ser humano exercer este reinado sobre a Criação?

A interpretação do “ser imagem de Deus” é diversificada, mas, seja considerando o que dizem autores modernos como Gerhard von Rad, Werner H. Schmidt e Claus Westermann, seja a partir do prisma de autores patrísticos como Clemente de Alexandria, Orígenes e Agostinho ou escolásticos como Tomás de Aquino e Boaventura, percebe-se em geral grande destaque de dois temas: por um lado, o exercício do domínio do mundo, sendo o ser humano dessa forma um sinal do próprio poder de Deus; por outro lado, e tanto ou mais importante, as faculdades espirituais do ser humano, que incluem sua liberdade fundamental e suas capacidades reflexiva e intelectiva e que têm como expressão máxima a capacidade do

ser humano de se relacionar com Deus, de conhecê-lo e de amá-lo (Ladaria, 1992 p. 50-56).

3 GAUDIUM ET SPES E O SER IMAGEM DE DEUS: APORTES PARA UMA HERMENÊUTICA DA RESPONSABILIDADE E DO CUIDADO NO MAGISTÉRIO DA IGREJA

Também a Tradição da Igreja, de modo especial no Concílio Vaticano II, a partir da Constituição Pastoral Gaudium et Spes (nº 12-17), faz referência direta aos temas citados acima quando afirma que o ser humano, sendo imagem de Deus, é “capaz de conhecer e amar o seu Criador, e [foi] por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus” (GS n. 12). O mesmo documento afirma que “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo” (GS n. 12).

Tais colocações manifestam convergência com a afirmação bíblica de que o ser humano é “senhor”, ou, se quisermos, “rei da criação”, e não parecem, a princípio, estabelecerem qualquer diretriz para este reinado. É possível, inclusive, associar essa compreensão do ensinamento bíblico ao que autores e autoras como Andrade (2023, p. 394-395) denominam “hermenêutica antropocêntrica” das Sagradas Escrituras.

A Gaudium et Spes, no entanto, ainda que não apresente uma consideração do valor próprio das demais criaturas e as considere mormente em função do benefício humano, chama a atenção para um princípio importantíssimo: a inseparável ligação entre dignidade e responsabilidade. Nesse sentido, destaca a importância da manifestação concreta dessa dignidade a partir do correto e proveitoso uso da liberdade, em atenção à voz de Deus “que se faz ouvir na intimidade do seu ser”, à sua consciência moral (GS n. 12). Fiel a esta, o ser humano, unido aos seus semelhantes, deve “buscar a verdade e nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social” (GS n. 16).

Explica ainda o documento (GS n. 15) que o ser humano tem como alta expressão de sua dignidade a participação, pela sua natureza

intelectual, na luz da inteligência divina. Tal característica humana deve ser vivenciada em plenitude: não pode ser reduzida “ao domínio dos fenômenos” ou “à investigação e conquista do mundo material”. Deve, em vez disso, buscar a sua perfeição na sabedoria, que permite amar e buscar a verdade e o bem, e a humanizar suas descobertas. Nesse sentido, o documento esclarece que o papel do ser humano é “governar o mundo na justiça e na santidade”, e adverte: “quanto mais aumenta o poder dos homens, tanto mais cresce a sua responsabilidade, pessoal e comunitária” .

Desse modo, parece-nos possível ver nos princípios do referido documento conciliar uma consonância com a interpretação que Andrade (2023, p. 394 – 396) oferece da narrativa sacerdotal da Criação, a partir da nova abordagem hermenêutica que propôs em lugar da que classificou como antropocêntrica. Andrade, ao interpretar o verbo dominar (*radah*) a partir de análise mais ampla e cuidadosa, encontra aí não uma permissão de exploração indiscriminada da natureza, mas uma responsabilidade de “cuidar da criação e protegê-la da destruição”. O senhorio ou reinado do ser humano sobre a Criação, conforme os princípios da *Gaudium et Spes* e a nova hermenêutica enunciada por Andrade, só pode ser, portanto, um reinado ao modo do próprio reinado de Deus, que “exerce esse domínio sendo amoroso com tudo o que criou”.

É possível então notar, já nas considerações da supracitada Constituição Pastoral, uma tendência do Magistério da Igreja a um olhar mais cuidadoso para o modo como o ser humano lida com os semelhantes e com o mundo ao seu redor, e como exerce o domínio de que fala o livro do Gênesis, a partir de uma abordagem hermenêutica também sempre mais aprimorada com as Sagradas Escrituras. O resultado é um apelo crescente à consciência humana, que tem ganhado contornos mais claros nas últimas décadas, especialmente com relação à problemática ambiental. Cartas como a *Populorum Progressio*, de Paulo VI, *Laborem Exercens* e *Centesimus Annus* de João Paulo II e *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, preparam o caminho magisterial para que o Papa Francisco ofertasse

ao mundo, em 2015, a *Laudato Si'*, carta cuja centralidade é o enfrentamento da grande crise socioambiental a partir da proposta da Ecologia Integral (Maçaneiro, 2016, p. 238-278).

4 ECOLOGIA INTEGRAL: A AFIRMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA PELA VIA DA RESPONSABILIDADE E DO CUIDADO

A carta encíclica *Laudato Si'* possui uma abrangência notável, pois não aborda os problemas humanitários e ambientais isoladamente, tampouco privilegia as questões ambientais em detrimento das humanitárias. Em vez disso, considera, na busca por soluções, a inegável interdependência entre as duas realidades. Diz o documento (LS n. 139) sobre o enfrentamento da crise socioambiental que “as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”.

É por isso que a Ecologia Integral inclui diversos princípios de intervenção nas realidades humanas, seja pela busca de justiça e igualdade nas sociedades, seja pela proteção das riquezas culturais dos povos ou pela busca de tratamento digno a pessoas que não têm moradia ou que vivem em regiões insalubres, bem como por várias outras propostas que devem se transformar em fatores de efetiva promoção da dignidade humana (LS n. 137-155).

Aliado ao cuidado das realidades humanas e guardando relações de interdependência com estas está o cuidado com as demais criaturas, com o meio ambiente. A problemática ambiental é central no documento, tanto porque é preciso reconhecer e respeitar o valor próprio de cada criatura, querida por si mesma pelo Criador independentemente de sua serventia para o ser humano (Ls n. 69), quanto porque com a problemática ambiental está em jogo o futuro do planeta e, particularmente, da vida humana sobre a terra nas próximas gerações (LS n. 161).

Para o enfrentamento dessa grande crise socioambiental, o Papa promove uma séria reflexão sobre a responsabilidade da humanidade. Se, por um lado, considera essa responsabilidade no sentido de que a crise ecológica possui, de fato, uma “raiz humana” (LS n. 101) pelo modo como a humanidade agiu, tornando-se a principal causadora dos desequilíbrios mencionados, por outro lado, invertendo-lhe o sentido, fala da responsabilidade do enfrentamento da crise pela mudança de atitudes, que compete unicamente ao ser humano, “precisamente por sua dignidade única e por ser dotado de inteligência” (LS n. 69).

Na mesma direção de seus predecessores e dos padres conciliares do Vaticano II, e partindo de uma “justa hermenêutica” (LS n. 67) do texto de Gn 1,1–2,4a, Francisco quer fazer entender que essa responsabilidade não procede senão da própria dignidade do ser humano. Por isso mesmo, também na Laudato Si’ (n. 160), ao falar da urgência do protagonismo humano no enfrentamento da crise, o Papa afirma: “é a nossa própria dignidade que está em jogo [...] Trata-se de um drama para nós mesmos, porque isto chama em causa o significado da nossa passagem por esta terra”.

Urge, portanto, que a humanidade compreenda a magnitude e a beleza do dever que recebeu do Criador, ao ser incumbido da tarefa de cuidar da Criação. Realizar essa tarefa não diminui em nada o ser humano. Ao invés, eleva-o à altura de sua própria dignidade que, ao ser manifestada em ações, é também levada de par em par à sua plenitude (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2024, nº 22 e 28).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ecologia Integral revela-se, portanto, uma ousada e desafiadora proposta, cuja abrangência é digna da complexidade do mundo de hoje e, consequentemente, de seus problemas mais graves. Longe de tirar a humanidade de pauta em suposto benefício da terra e das demais criaturas, a proposta a traz para o centro da discussão, e, sem negar a sua

responsabilidade pela crise socioambiental, oferece um novo horizonte de possibilidades de ação e consequente dignificação da pessoa humana. O ato de assumir a sua alta responsabilidade conferida por Deus e testemunhada nas Sagradas Escrituras, agindo em favor dos semelhantes e das demais criaturas no enfrentamento da crise socioambiental, por meio de uma verdadeira conversão ecológica, não é para o ser humano outra coisa senão a afirmação da sua dignidade a partir de uma eminentemente maneira de exercitá-la.

Referências

- ANDRADE, Aíla Luzia Pinheiro de. Bíblia e sustentabilidade: a consciência ecológica como paradigma de uma nova hermenêutica bíblica. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 383-404, 2023. DOI: 10.20911/21768757v55n2p383/2003
- CONSTITUIÇÃO Pastoral Gaudium Et Spes. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.
- BRIGHT, John. *História de Israel*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- DANIÉLOU, Jean. *No Princípio*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- DICASTÉRIO PARA A DOUTRINA DA FÉ. *Declaração Dignitas Infinita, Sobre a Dignidade Humana*. São Paulo: Paulus, 2024.
- FRANCISCO. *Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- LADARIA, Luís F. *Introdução à antropologia teológica*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARQUES, Mariosan de Sousa. Relendo Gn 1,28 em seu contexto: a questão ecológica e a des-brutalização das relações. *Estudos Bíblicos*, São Paulo, v. 34, n. 133, p. 27–40, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/95>.

Acesso em: 2 out. 2024.

MAÇANEIRO, Marcial. A Ecologia e o Ensino Social da Igreja: inscrição e alcances de um paradigma. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (Orgs). *Magistério e Doutrina Social da Igreja: continuidade e desafios*. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 230-284.

RENDTORFF, Rolf. A história bíblica das origens (Gn 1-11) no contexto da redação “sacerdotal” do Pentateuco. In: DE PURY, Albert (org.). *O Pentateuco em questão: as origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 89-99.

SKA, Jean Louis. *Introdução à leitura do Pentateuco: chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia*. São Paulo: Loyola, 2003.